

O outro lado do currículo oculto: educação como forma de dominação política no Brasil

The other side of the hidden curriculum: education as a form of political domination in Brazil

La otra cara del currículum oculto: la educación como forma de dominación política en Brasil

Hugo Barbosa de Paulo¹
Universidade Estadual de Montes Claros

André Mendes Lafetá²
Prefeitura Municipal de Coração de Jesus-MG

Zilmar Santos Cardoso³
Universidade Estadual de Montes Claros

Resumo: Essa pesquisa, de caráter bibliográfico, apresenta uma análise do currículo escolar e da nova BNCC, no discurso do Governo Bolsonaro, evidenciando pontos que se relacionam com a pedagogia Tecnista. À luz de autores como Giroux, Apple e Freire, discutimos que se faz necessário que os professores ajam, por meio do currículo oculto, como intelectuais transformadores, desenvolvendo a pedagogia radical, a fim de desnudar os mecanismos de controles subsistentes tanto no discurso do Governo Bolsonaro, quanto na nova BNCC, de que as escolas técnicas seriam mais apropriadas para os jovens oriundos das classes operárias.

Palavras-chave: Discurso do Governo Bolsonaro. BNCC. Pedagogia Tecnista.

Abstract: This bibliographical research presents an analysis of the school curriculum and the new BNCC, in the discourse of the Bolsonaro Government, highlighting points that relate to Technician pedagogy. In the light of authors such as Giroux, Apple and Freire, it was argued that it is necessary that teachers act, through the hidden curriculum, as transformative intellectuals, developing radical pedagogy, in order to denude the mechanisms of subsistent controls both in the discourse of the Bolsonaro Government, and in the new BNCC, that technical schools would be more appropriate for young people originating from working classes.

Keywords: Bolsonaro Government Discourse. BNCC. Technician Pedagogy.

Resumen: Esta investigación bibliográfica presenta un análisis del currículo escolar y de la nueva BNCC, en el discurso del Gobierno de Bolsonaro, destacando puntos que se relacionan con la Pedagogía Tecnista. A la luz de autores como Giroux, Apple y Freire, argumentamos

¹ Mestrando em Educação pelo PPGE/Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. E-mail: hugobpaulo@hotmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8246058388269546>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9840-8634>.

² Especialização em Psicooncologia pela Faculdade de Iguazu. Psicólogo na Prefeitura Municipal de Coração de Jesus-MG. Coração de Jesus, Minas Gerais, Brasil. E-mail: andreprsi1996@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3887948974231209>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8544-9813>.

³ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação - Mestrado em Educação da Unimontes. Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. E-mail: zilmar.santos@unimontes.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8435005519684374>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6101-2310>.

que es necesario que los docentes actúen, a través del currículum oculto, como intelectuales transformadores, desarrollando una pedagogía radical, para desvelar los mecanismos de control subsistentes tanto en el discurso del gobierno Bolsonaro, así como en la nueva BNCC, de que las escuelas técnicas serían más apropiadas para los jóvenes de las clases populares.

Palabras clave: Discurso del gobierno de Bolsonaro. BNCC. Pedagogía Técnica.

Recebido em: 31 de janeiro de 2023.

Aceito em: 27 de fevereiro de 2023.

Introdução

Nesse estudo discute-se a visão da educação e do currículo escolar, que perpassou a gestão do governo de Jair Messias Bolsonaro. Para tanto, será feita a análise do papel que a escola cumpre na sociedade e como as políticas educacionais exercem controle no sistema educacional.

No dia 01 de janeiro de 2019 Jair Messias Bolsonaro tomou posse como presidente democraticamente eleito. O mote da coligação foi “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, evidenciando o caráter religioso que conduziria a sua campanha e seu governo, dado o apoio, sobretudo de segmentos evangélicos neopentecostais. Na gestão do governo Bolsonaro, houve um crescimento da influência dos grupos “conservadores” na representação política atual do Brasil, interferindo expressivamente nas questões pertinentes à Educação no país.

O governo Bolsonaro defendeu, através das falas dos seus ministros, que o acesso ao Ensino Superior não deve ser para todos, que os sujeitos das classes mais pobres deveriam procurar as escolas técnicas federais como meio de inclusão mais rápida no mercado de trabalho. A essa perspectiva Pierre Bourdieu (1998), ao estudar a forma dos sistemas representativos que invadem as disputas consolidadas no campo político, indica que o método de construção do discurso se resume no fator de inserção social, recorrido ao consenso, a pensar que o consenso exposto é o da hegemonia, ou seja, aquele voltado para a produção do discurso de dominação. De modo que “as relações de comunicação são, de modo inerente, relações de poder que dependem na forma e no conteúdo do poder material e simbólico acumulado pelos agentes” (BOURDIEU, 1998, p.11).

Tal visão demonstra o viés ideológico do governo, norteador pela teoria tradicional tecnicista, imposta ao currículo das Escolas brasileiras através do advento da Lei 13.415/2017, que aprovou a BNCC (BRASIL, 2017). Neste sentido, é importantíssima a discussão do tema em questão, para justamente descortinar as mensagens ocultas existentes no currículo escolar que perpassou todo o governo Bolsonaro.

Segundo Moura e Oliveira (2020), o desenvolvimento industrial impulsionou e vem fortalecendo uma educação tecnicista, que visa uma formação aligeirada e voltada para a formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Dessa forma, por meio do Estado, o sistema educacional é obrigado a se adequar a esse propósito.

Nestes moldes, o que se observa, nesta tendência, é a necessidade de formação de força de trabalho que atenda aos interesses do capital e que, nas falas do governo anterior, deveria vir dos indivíduos das classes mais pobres, o que reforça a divisão de classes existentes na sociedade e no contexto escolar, repassada aos alunos por meio do currículo formal e principalmente através do currículo oculto (GIROUX, 1986; APPLE 2001).

Neste sentido, o objetivo deste artigo é fazer uma reflexão à luz das teorias críticas do currículo, acerca da visão do governo Bolsonaro sobre a educação, restringindo o acesso ao ensino superior aos indivíduos das classes mais ricas e dirigindo os das classes mais pobres para o ensino técnico, a fim de atender, por meio de uma formação técnica e rápida, as exigências do mercado de trabalho e aos interesses da ideologia neoliberal.

Como percurso metodológico foi realizado pesquisa em textos jornalísticos escrito por Cândido (2019), para o site “Agência Mbrasil” e também no “G1-Minas (2019 e 2021)”, que traziam as falas de três ministros de Bolsonaro acerca da relação curso superior e indivíduos das classes operárias e a partir disto foi feita revisão de literatura, utilizando de autores que versam acerca das teorias críticas do currículo escolar, de base epistemológica materialista histórica dialética, como Giroux (1986, 1987), Apple (2001, 2003) e Freire (1967), servindo para nortear e fundamentar teoricamente a argumentação deste trabalho, fornecendo uma teoria consistente e possibilitando o conhecimento e a crítica necessária sobre a visão que o governo Bolsonaro possuía acerca da Educação.

Apresenta-se também uma breve descrição dos enfoques das teorias tradicionais/tecnicistas fomentados por Frederick Taylor e John Franklin Bobbitt, que tornava o “currículo escolar uma questão de gestão e organização ocorrendo de forma mecânica e burocrática” (PACHECO, 2017). Além de trabalhar pontos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que fomentam o olhar tecnicista para a educação, subjugando os jovens de classes “inferiores” à reprodução de mão de obra do sistema capitalista.

Assim, debate-se como “os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto, através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado” (SACRISTAN, 2000, p.17).

Teorias tradicionais/tecnicistas do currículo

O currículo é um tema na área da educação que vem sendo estudado em vários aspectos na teorização educacional. Ao se tratar que questão da educação institucionalizada e sobre a qualidade do ensino, um dos pontos relevantes trata-se sobre a temática curricular. Dessa forma, os estudos sobre o currículo escolar vêm sendo realizados por diversas perspectivas teóricas.

A teoria tradicional do currículo surgiu em meio a uma crise da educação nos Estados Unidos da América, no início do século XX, onde se buscava responder questões cruciais como: Quais os objetivos da educação escolarizada? O que se deve ensinar? Quais as fontes principais do conhecimento a ser ensinado? Em termos sociais, quais devem ser a finalidade da Educação?

É neste escopo que John Franklin Bobbitt (1876-1956) escreve o livro “*The curriculum*” em 1918, em um “momento em que diferentes forças econômicas, políticas e culturais procuravam moldar os objetivos e as formas da educação de massas de acordo com as suas diferentes e particulares visões” (SILVA, 2005, p. 22).

Buscando responder aos questionamentos elencados e baseados nos contornos da educação de massa, Bobbitt traz, como referencial em seu livro, a educação voltada para atender o mercado de trabalho e as exigências do capital. É como diz Silva (2005, p. 22-23):

As respostas de Bobbitt eram claramente conservadoras, embora sua intervenção buscasse transformar radicalmente o sistema educacional. Bobbitt propunha que a escola funcionasse da mesma forma que qualquer outra empresa comercial ou industrial. Tal como uma indústria, Bobbitt queria que o sistema educacional fosse capaz de especificar precisamente que resultados pretendia obter, que pudesse estabelecer métodos para obtê-los de forma precisa [...] (SILVA, 2005, p. 22-23).

O livro de Bobbitt, “*The curriculum*”, é baseado na teoria da administração econômica de Frederick Taylor (1856-1915), e o modelo que Bobbitt preconizava, como palavra de ordem, a eficiência (PACHECO, 2017). A teoria de Taylor surge tendo como objetivo principal o controle do processo produtivo, processo requerido pelo desenvolvimento que vinha sendo gerado pelo capitalismo, que introduziu novas relações de produção com o trabalhador, através da compra e venda da força de trabalho (MARQUES, 2012).

A teoria tecnicista do currículo parte do pressuposto da neutralidade científica e é inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a fim de atender o trabalho fabril. “Nesta pedagogia o aluno e o professor são relegados a um papel secundário, sendo meros executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle, ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetos e imparciais” (SAVIANI, 2012, p.12-13).

Teorias crítico reprodutivistas, o currículo oculto e o currículo formal

Etimologicamente falando, a palavra currículo deriva do latim “*scurrere*” e se desdobra em diversos significados, como: ato de correr, atalho e pista de corrida. Assim, temos a compreensão do currículo escolar como um caminho, curso ou uma listagem de conteúdos que devem ser seguidos (MALANCHEN, 2021).

Sacristán (2000) chama atenção para a ampla compreensão sobre o currículo, podendo ser entendido como algo que assume forma e significado educacional à medida que passa por uma série de processos de transformações dentro das atividades práticas, ressaltando que as circunstâncias de desenvolvimento e veracidade curricular demandam ser entendidas em um todo.

O currículo escolar tem como função precípua, regular uma série de práticas educativas, e a sua interpretação pode ser dada pelos próprios contextos em que se inserem, ou seja, no contexto da sala de aula, no contexto pessoal dos alunos e dos professores e no contexto social, no campo histórico e político. Sendo a sua elaboração permeada por códigos pedagógicos.

Não podemos esquecer que o currículo supõe a concretização dos fins sociais e culturais de socialização, que se atribui à educação escolarizada, ou de ajuda ao desenvolvimento, de estímulo e cenário do mesmo, o reflexo de um modelo educativo determinado, pelo que necessariamente tem de ser um tema controvertido e ideológico, de difícil concretização num modelo ou proposição simples (SACRISTÁN, 2000, p.15).

As teorias tradicionais do currículo descreviam o processo escolar como sendo neutro, tendo a escola como principal papel instruir e transmitir os conhecimentos acumulados pela sociedade. “A escola organizava-se como uma agência centrada no professor, o qual transmitia segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos” (SAVIANI, 2012, p.6). Estas teorias tinham como papel principal conceber a educação como um mecanismo eficaz para combater a marginalidade social.

A década de 1960 foi fortemente marcada pelo crescimento de inúmeros movimentos sociais e culturais que questionavam a sociedade e suas organizações. Nesse contexto, surgiram as primeiras teorias que questionavam as concepções tradicionais do currículo (PACHECO, 2017).

Assim, contrária às teorias tradicionais, as teorias críticas reprodutivistas, baseadas nas teorias de Karl Marx e encabeçadas pelos intelectuais americanos, como Bowles e Gintis, passaram a descrever a escola como sendo instrumento de mera reprodução da sociedade capitalista (SILVA, 2005).

Para Apple (2001), as teorias críticas reprodutivistas interpretam as escolas como um espelho da sociedade. “A sociedade necessita de trabalhadores dóceis; às escolas; através das relações sociais e do currículo oculto, garante de certo modo, a produção dessa condição dócil” (APPLE, 2001, p. 121).

E estas teorias apresentam os conceitos de currículo formal e principalmente de currículo oculto. De maneira ampla, o currículo formal é definido a nível nacional, nos documentos oficiais como as leis, normas e diretrizes nacionais, livros didáticos, propostas curriculares, e a nível local, nas escolas, como os planos de ensino e planos de aula feitos pelos professores (ARAÚJO, 2018). Já o currículo oculto é definido como sendo “constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes” (SILVA, 2005, p. 78).

Desta forma, o currículo representa, de forma hegemônica, as estruturas econômicas e sociais mais amplas, não sendo neutro e desinteressado, como pressupunham os teóricos tradicionais (APPLE, 2001). Por essa abordagem, percebe-se que o currículo escolar está impregnado de influências que estão presentes nos órgãos governamentais do Estado e no próprio contexto escolar, expresso pelos professores e professoras e pela gestão da escola.

O currículo escolar é formado por todas as aprendizagens que se realizam no ambiente escolar, sendo ideológico e carregado de interesses políticos, econômicos e culturais, como já mostravam as teorias críticas do currículo (ARAÚJO, 2018). Assim, a importância da elaboração do currículo escolar está no fato que ele será o instrumento que aponta qual conhecimento será trabalhado pelos professores e qual importância desse conhecimento para a realidade escolar.

Nesse cenário, a escola configura-se como um dos espaços mais importantes para a sociedade, no sentido de ajudar a manter a sua organização. Moreira (2004, p. 11) apresenta subsídios para esta afirmação, ao afirmar que “o currículo constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados, como para socializar as crianças e os jovens segundo valores tidos como desejáveis”.

Nesse contexto, entende-se que a escola não é uma instituição neutra. No seu interior trabalham pessoas que possuem crenças e valores próprios e que, de uma forma ou de outra, transmitem para os alunos o modo de vida, seus ideais, suas crenças religiosas e políticas, enfim, todo um comportamento que é próprio das pessoas que ali trabalham e convivem, configurando assim a prática do currículo oculto.

Educação no governo Bolsonaro

A Educação no Brasil perpassou uma série de percursos em sua história: a Escola Nova, nos anos de 1920; os movimentos que levaram à formulação de Leis Orgânicas do Ensino, nos anos de 1940; entre os anos de 1960 aos 1980, a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização; criação da UNE; introdução de novas práticas pedagógicas com o pensamento de Paulo Freire, caminhos que a partir da constituição cidadã de 1988 rumaram para o desenvolvimento de um projeto educacional plural, participativo e que amplia o acesso aos processos e etapas idem (REZERA e D’ALEXANDRE, 2019).

A Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 205, expressa o significado da educação para o contexto escolar em nível nacional: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 124).

No entanto, ressalta-se que, durante os anos de 2019 a 2022, os direitos ligados à educação foram reiteradamente negligenciados, ignorados e estigmatizados dentro de uma lógica intolerante, fascista e fundamentalista.

A configuração do cenário político que se estruturou a partir de 2019, com a eleição de um candidato que, desde sua campanha política, esteve articulado aos interesses da bancada evangélica, com pensamento conservador, torna-se um elemento elucidativo da forma pela qual os agentes envolvidos atuam no campo político, visando um maior poder de representação para os interesses do capital.

Guirrado (2019) ressaltou que um elemento frequente no discurso do ex-presidente, desde a época da campanha eleitoral, foram os ataques aos pensamentos ideológicos dos opositores, pautados na ideia de banir o comunismo e o socialismo, o marxismo ou qualquer outra ideia oriunda da esquerda. Todo discurso analisado passa por uma existente crença de um plano conspiratório dos seguidores do marxismo.

Neste contexto, desde a posse de Bolsonaro em 2019, até o final do seu governo, foram nomeados quatro ministros na pasta da educação, que sustentaram a intenção de relegar aos indivíduos mais pobres o acesso aos cursos técnicos, privando-os de políticas públicas que promovessem o acesso ao ensino superior, evidenciando a intenção de privilegiar os sujeitos pertencentes às classes dominantes o acesso às vagas das Universidades.

O primeiro dos ministros da educação do governo Bolsonaro, Ricardo Vélez, em matéria veiculada no site de notícias “Agência Brasil”, afirmou que não existia a possibilidade

de se ter universidade para todos, sendo que essas instituições deveriam ser destinadas somente a uma pequena parcela da população, a elite intelectual (CÂNDIDO, 2019).

O segundo ministro, Abrahan Weintraub, em notícia veiculada pelo site G1 Minas (2019), reforçou a necessidade do ensino superior privado:

[...] existe espaço para (universidades) federais, existe espaço para as estaduais, mas, devido à perspectiva do Brasil e ao crescimento que vai acontecer (na demanda por educação), é muito claro que não há condição, no atual estado de contas do setor público, do estado e da sociedade pagadora de impostos, nutrindo a atual estrutura educacional estatal, de atender à demanda que vai acontecer (G1 MINAS, 2019, s/d).

O terceiro ministro, Milton Brasil, em entrevista divulgada pela TV Brasil, afirmou que a “universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade”. Ele ainda disse que, as “verdadeiras vedetes (protagonistas) do futuro serão os institutos federais, capazes de formar técnicos (G1 MINAS, 2021, s/d)”. O ministro Milton Brasil pediu exoneração do cargo após a abertura de investigação contra ele, onde era suspeito de favorecer a liberação dos recursos do FUNDEB, por mediação de alguns pastores evangélicos. O quarto ministro da pasta da educação foi empossado em março de 2022, com formação em engenharia de telecomunicação, Victor Godoy Veiga, assumindo o cargo sem experiência ou formação na área da educação.

O tecnicismo da BNCC durante o governo Bolsonaro

A teoria tradicional tecnicista retornou com vigor ao currículo das Escolas brasileiras através do advento da Lei de Diretrizes e Bases 13.415/2017, que incorporou à BNCC mudanças no ensino médio, demonstrando claramente um grande retrocesso no campo da educação.

O documento traz em seu bojo reformas profundas no currículo do ensino médio, dividindo-o e organizando-o por áreas, quais sejam: “Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas Sociais e Aplicadas” e como quinta área, a “formação técnica e profissional”, composta pelos itinerários formativos com 1.200 horas, totalizando junto às 1.800 horas o total de 3.000 horas que deverão ser ofertadas até 2022” (BRASIL, 2018).

Neste aspecto, as disciplinas que compõem a BNCC do ensino médio não poderão ultrapassar às 1.800 horas da carga horária total para toda a etapa. Sendo que, esta carga horária será ampliada progressivamente para 4.200 horas, considerando sua duração mínima de três anos, para abarcar os itinerários formativos com generosas 2.400 horas (PACHECO, 2017).

Neste contexto, é explícito a partir da BNCC e das constantes propagandas que foram divulgadas pelo Governo Bolsonaro, o objetivo de implantação de um currículo nos moldes tecnicista no ensino médio, onde o quantitativo de horas que compreenderá todas as áreas da base comum seria consideravelmente menor que a dos itinerários formativos. Assim, conseqüentemente, os conhecimentos mais complexos e necessários para promover condições de transformações sociais dos alunos do sistema público de ensino, ficariam esvaziados, relegados a segundo plano.

O texto da BNCC explicita que, “para assegurar o desenvolvimento das competências específicas de área, a cada uma delas é relacionado um conjunto de habilidades, que representa as aprendizagens essenciais a serem garantidas no âmbito da BNCC a todos os estudantes do Ensino Médio” (BRASIL, 2018, p. 33).

Esses novos saberes pautam-se em aprendizagens denominadas significativas, mas que, no entanto, são adaptativas ao contexto econômico, que requisita indivíduos ajustados às demandas emergenciais do capitalismo em constante mudança. No âmbito do currículo escolar, caracteriza-se pela adoção de práticas de ‘sucesso’ decorrentes da experiência individual, subjetiva de cada indivíduo. Não importa a apropriação de conteúdos científicos no âmbito da escola pública e sim que os alunos ali matriculados possam participar do processo de aprendizagem, construindo seu próprio conhecimento a partir de sua própria realidade. A formação escolar pauta-se da educação infantil ao ensino médio, na implementação da chamada pedagogia das “competências e habilidades”, defendida pelo ideário neoliberal, onde o aluno é o protagonista do processo de ensino-aprendizagem (MALANCHEN E SANTOS, 2020, p.10).

Tal proposta educativa converge com as demandas capitalistas, a ponto de abrir nichos mercadológicos para os empresários da Educação, pois atribui aos educandos a responsabilidade sobre seu percurso formativo, o que se revela como atuação mínima do Estado, no campo da Educação, em termos de provimento do direito ao acesso ao conhecimento e a formação do cidadão.

O processo educativo imposto na BNCC visa à aquisição de competências e habilidades, impõe uma relação entre currículo e avaliação por resultados e se alinha às políticas educacionais neoliberais, em que a Educação se reduz a direitos de aprendizagem mínimos, oferta de serviços educacionais básicos pelo Estado e estimulação para que os indivíduos busquem a autoescolarização, uma contradição em termos (FILIPE ET AL.; 2021, p.798).

Silva (2008) é enfático ao dizer que, o cerne no desenvolvimento das “competências gerais”, remete-nos à influência que o modelo recebe da racionalidade tyleriana e tecnicista, de forma reeditada, como decorrência da adesão ao modismo das pedagogias tecnicistas desde os anos 1970 e da pressão advinda das parcerias feitas entre o Brasil e os Estados Unidos.

Assim, o novo ensino médio, proposto a partir da BNCC, foi apresentado sob a forma de um processo de ensino e aprendizagem centrado nos resultados, em que se propunha uma racionalidade técnica para garantir a eficiência e a produtividade na educação (SILVA, 2018).

Discussão

As propostas educacionais do governo Bolsonaro provieram de uma coalizão de forças conservadoras no Brasil, que se entende utilizando Apple (2003), onde esse autor aponta que as reformas educacionais podem surgir como uma “modernização conservadora”, que enseja em uma ligação entre elementos neoliberais, neoconservadores, populistas, autoritários e que é composta por uma parcela importante da “classe média”.

É necessário entender que a BNCC, as propagandas que foram veiculadas acerca do novo ensino médio, bem como as falas dos três ministros da Educação do governo Bolsonaro, visavam atender aos anseios do mercado de trabalho e da ideologia neoliberal, discriminando os indivíduos das classes operárias, conduzindo-os de forma rápida ao ensino técnico, a fim de que pudessem servir de mão de obra nas indústrias (APPLE, 2001).

A escola tem um papel primordial no atendimento aos interesses das ideologias dominantes e isso é repassado aos alunos através do currículo formal e principalmente pelo currículo oculto (SAVIANI, 2012). Assim, a escola, através de seu currículo, tem o poder de formar pessoas. Essas pessoas se formaram de maneiras diferenciadas e específicas, pois, nem todas as escolas exercem a mesma ação por meio do seu currículo. Essa formação se expressa de acordo com as ações realizadas e a forma como o currículo oficial é trabalhado pelo professor e pela professora.

O conhecimento a ser priorizado e trabalhado em sala de aula está condicionado às determinações legais sobre o currículo (o currículo oficial), mas a ação, a forma de trabalhar esse conhecimento, o enfoque que será dado a esse currículo posto, depende da visão política dos professores e da gestão da escola. Nesta perspectiva, a ação exercida pela escola, por meio dos conhecimentos que são privilegiados, as atitudes e valores considerados ideais, o comportamento desejado e valorizado, constitui a formação da identidade dos alunos que aliam sua formação (GIROUX, 1997)

Percebe-se assim, a importância da educação escolar para a formação das crianças e jovens. No entanto, constata-se que essa formação está condicionada, entre outras coisas, ao tipo de conhecimento e educação que estas crianças e jovens terão acesso. E esse acesso ao conhecimento, a uma formação de qualidade, está condicionado à classe social desses alunos, fator que é considerado para se eleger qual conhecimento que se considera necessário, qual formação necessária, conforme o nível social (SILVA, 2005).

É nítido que através das falas, os ministros da Educação do governo Bolsonaro direcionavam políticas públicas educacionais que empurravam os filhos e filhas das classes dominadas, apoiados pelo governo, ensejando na formação de indivíduos submissos. Isto foi demonstrado no estudo de Silvestre et all. (2022, p. 672), que apontou nos seus resultados os efeitos dos cortes orçamentários nas instituições federais de ensino superior, o que ensejou, segundo os autores, “a segregação das classes e a profissionalização das massas rumando para a consolidação da agenda neoliberal que vem sendo implantada nos últimos anos”.

Este papel da escola é amplamente caracterizado pelos teóricos críticos reprodutivistas da Educação. Conforme Bowles e Gintis, apud Apple (2001), através do currículo oculto pode-se constatar o que se ensina aos estudantes da classe trabalhadora, que é a pontualidade, asseio, respeito pela autoridade e outros elementos relacionados com a formação de hábitos. Em contrapartida, aos alunos das classes mais altas ensina-se uma mentalidade aberta, capacidade de resolução de problemas e flexibilidade.

Neste âmbito, as falas de que o ensino superior deveria ser reservado para uma elite intelectual, bem como os pressupostos do “novo ensino médio” através da BNCC, reforçou a análise dos teóricos reprodutivistas, de que, as informações subliminares repassadas através do currículo oculto são de que os sujeitos das classes ricas “são formados para funcionar como gerentes e profissionais e não como trabalhadores não-qualificados ou semiqualficados” (APPLE, 2001, p.121).

Assim, pode-se ver claramente a motivação inerente nas falas dos ministros do governo Bolsonaro, de ensejar que as vagas nos cursos superiores deveriam pertencer a uma “elite intelectual”, bem como a proposta da BNCC, de direcionar os indivíduos da classe operária para as escolas técnicas, como as novas “vedetes” do momento.

Malanchen e Duarte (2018, p.17) fazem uma crítica assertiva neste sentido, ao dizerem que, “não há interesse algum por parte do Estado em socializar o conhecimento objetivo, e consequentemente em investir em educação pública, e sim esvaziar a escola de conteúdos, ou até mesmo em desmontá-la ou torná-la um nicho de mercado de exploração para os empresários da educação”.

Nesta toada, a BNCC (novo ensino médio) e as falas dos ministros do Governo Bolsonaro, atuavam dentro da ótica burguesa, enxergando a escola como uma instituição do Estado, para a produção de consensos e acomodação dos indivíduos na divisão social do trabalho, levando-os a cumprirem determinados papéis sociais, quais sejam, de que deveriam frequentar cursos técnicos, a fim de ingressarem rapidamente no mercado de trabalho (MALANCHEN E DUARTE, 2018).

Para, além disso, é mister que os professores ajam como intelectuais e através do que estava nas entrelinhas do discurso do Governo Federal, bem como no currículo do novo ensino médio (BNCC), reflitam e ajudem aos alunos a desnudar os mecanismos de subordinação existente nestes produtos de dominação neoliberal (GIROUX, 1997).

Apple (2001) ao analisar o contexto industrial de trabalho dos operários, contradiz os teóricos reprodutivistas de que não existem formas de enfrentamento dos fatores ocultos de dominação e de que a realidade já está posta. “Para dizer o bastante, aqui está um exemplo fantástico de que o capital não controla completamente os trabalhadores (APPLE, 2001, p. 134)”.

A escola deve ser um lugar onde os educadores possam utilizar desse espaço para lutar por interesses emancipatórios, de modo que o sujeito possa se tornar livre, crítico e utilizar do currículo oculto para resistir, através de uma prática contra hegemônica à dominação. “A racionalidade emancipatória, nesse contexto, baseia-se no princípio de crítica e ação. Tem como objetivo, criticar aquilo que é restritivo e opressor, enquanto ao mesmo tempo, apoia a ação a serviço da liberdade e do bem estar individual” (GIROUX, 1986, p. 249).

E este fator é reforçado por Freire (1967, p.36), ao caracterizar a resistência como uma “educação que desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação”.

Segundo Duarte Júnior (1996), é necessário dotar os educandos de instrumentos básicos que os permitam investigar, identificar e interpretar os fatos relacionados à vida social, tornando-os capazes de acompanhar a postura do mundo moderno e inserir-se ao meio como elemento ativo e participativo.

Nesse sentido, “O dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então dominar aquilo que os dominantes dominam é condição de libertação” (SAVIANI, 2012, p. 55). Faz-se necessário que estas crianças e jovens das classes trabalhadoras tenham acesso aos conhecimentos mais elaborados, que tenham mais possibilidades de acesso ao mundo da informação.

Assim, os professores devem levar os educandos advindos de classes operárias, a sempre questionarem a motivação existente por detrás das falas do Governo, do por que não se investe em políticas públicas que favoreçam o acesso das classes trabalhadoras ao ensino superior público e de qualidade, qual a verdadeira motivação do direcionamento desses indivíduos para as escolas técnicas (MALANCHEN E SANTOS, 2020).

Faz-se necessário trazer constantemente à nossa consideração que conhecimento é um dos determinantes fortes de desigualdades sociais, é fator diferenciador de pessoas e grupos humanos, pois saber interpretar e formar juízos independentes é o pilar em que se assenta a

construção de autonomia pessoal e das possibilidades de contrapontos que permitem superação de condições vivenciais desafiantes — na vida cotidiana, na atividade científica, no meio ambiente, nas condições societárias (GATTI, 2017, p. 732).

Na perspectiva da pedagogia radical o educando é dotado de voz, a sua participação nos processos de construção do conhecimento é ativa, e é neste papel que ele contesta as relações de poder através das quais essa voz tem sido em geral, suprimida (SILVA, 2005).

Mediante a todo o exposto, e da necessidade por parte dos professores e educandos do exercício de uma pedagogia radical, para realizar o enfrentamento ao discurso Bolsonarista, bem como, para desnudar os interesses por detrás da BNCC, conforme é descrito pelos autores críticos da educação como Giroux (1986), Apple (2001) e Freire (1967), é que se visualiza o Currículo Oculto como alternativa para resistência e crítica à visão que o governo anterior possuía acerca da Educação.

A descrição da prática de uma pedagogia radical está no fato de que, apesar do contexto explicitamente capitalista e neoliberal constatadas nas falas elencadas do governo Bolsonaro, bem como a transformação do “novo ensino médio”, conforme a BNCC e de todos os parâmetros que se ensinam na escola, isso tudo, está para além do que está descrito e registrado nos currículos oficiais (SILVA, 2018).

Malanchen (2021) é enfática ao dizer que devemos continuar denunciando e realizando os devidos esclarecimentos, descortinando o que está acontecendo e o que ainda pode acontecer e que esses prenúncios não passem sem o crivo da nossa luta e crítica em prol de uma educação de qualidade e a defesa da ciência.

Assim, entende-se ser importante discutir, estudar e desvendar as aprendizagens ocultas, para que os professores, como intelectuais (GIROUX 1986), não continuem reforçando a ideologia da classe dominante e os valores sociais que são tidos como “normais”, deixando todos aqueles que fogem, ou não seguem essa normalidade, numa condição de exclusão e desigualdade social que é reproduzida no ambiente escolar (ARAÚJO, 2018). O trabalho realizado com o currículo escolar determina efetivamente o ato de incluir ou de excluir, de inferiorizar ou de estigmatizar. O controle está presente por meio do currículo oficial, mas cabe aos professores e gestores das escolas a sua execução, e é nesse sentido que o currículo oculto, aquilo que o professor faz efetivamente em sala de aula, ganha grande relevância, no sentido de buscar proporcionar os conhecimentos essenciais para que os filhos das classes trabalhadoras tenham, por si só, condições para fazerem suas próprias escolhas. Fato que contraria o que vem sendo postulado pela atual BNCC.

Conclusão

É necessário por parte de professores e alunos compreender a função do currículo escolar, para melhor clarear as falas dos ministros da educação do governo Bolsonaro, trazendo à tona o direcionamento de que os indivíduos das classes dominadas deveriam ir para as escolas técnicas e afirmando que, as Universidades não teriam vagas para todos e que estas instituições deveriam atender somente a uma elite.

A teoria tecnicista do currículo, afluída através da Lei de Diretrizes e Bases 13.415/2017, incorporando à BNCC mudanças no ensino médio como a “formação técnica e profissional”, que deveriam ser ofertadas até o ano de 2022, e veiculadas através de propaganda nas principais mídias do país, demonstrou a utilização do currículo escolar por parte do governo anterior, a fim de formarem os filhos dos operários para servirem de mão de obra para a indústria.

Sabe-se que é por meio do currículo escolar que a escola cumpre com o seu papel como instituição social, tendo como princípio garantir a formação básica do cidadão. Essa formação sustenta-se no currículo oficial, determinado por um sistema de legislação educacional que estabelecem diretrizes e normas a serem cumpridas pelas instituições escolares. E nesse cenário a BNCC configura-se como essas diretrizes que precisam ser cumpridas no âmbito escolar. Diretrizes que orientam para um ensino baseado em habilidades e competências, que reduz as possibilidades do acesso aos conhecimentos mais elaborados para os filhos e filhas das classes trabalhadoras. Conhecimento esse fundamental para que tenham condições e conhecimentos para fazerem suas próprias escolhas do caminho a ser seguido ao sair do Ensino Médio, inclusive com condições para prosseguimento dos estudos no Ensino Superior.

Nesse contexto, faz-se necessário que os professores e os gestores, entendam a escola como um lugar privilegiado para lutar por interesses emancipatórios, de modo que os filhos e filhas das classes trabalhadoras sejam livres e críticos, utilizando do currículo oculto para resistir, através de uma prática contra-hegemônica à dominação.

Referências

APPLE, M. W. *Educação e poder*. Porto: Porto Editora, 2001.

APPLE, M. W. *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez. 2003.

ARAÚJO, V. P. C. O conceito de currículo oculto e a formação docente. *Revista de Estudos Aplicados em Educação*, v. 3, n. 6, jul./dez. 2018. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/5341. Acesso em: 22 dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.13037/rea-e.vol3n6.5341>.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de Dezembro de 1988*. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 04 dez. 2022.

CÂNDIDO, R. Governo Bolsonaro: Ensino Técnico para os Pobres e Ensino Superior para a Elite. *Agencia Mbrasil*. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.com.br/2019/02/governo-bolsonaro-ensino-tecnico-para-os-pobres-e-ensino-superior-para-a-elite>. Acesso em: 03 dez. 2022.

DUARTE JUNIOR, J. F. *Fundamento estético da educação*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

FILIPE, F. A.; SILVA, D. dos S.; COSTA, Á. de C. Uma Base Comum na Escola: análise do projeto educativo da Base Nacional Comum Curricular. *Ensaio: aval. pol. públ. educ.* Rio de Janeiro. v. 29, n. 112, p. 783-803. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/PbZbjrWHzzQ3Yt4LBFzK6NF/?lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2022 DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902296>.

FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967.

GATTI, B. A. Formação de Professores, Diversidade e Trabalho Docente. *Revista Diálogo Educacional*. Curitiba. v. 17, n. 53, p. 721-737. 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/8429>. Acesso em: 22 dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.17.053.AO01>.

GUIRRADO, M. Entre discurso e ato, há muito mais do que se imagina. *Psicologia USP*, v. 30, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psup/a/nrBNjsLhmnGY9fCDGFXMmqb/?lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190027>.

G1 Minas. *Ministro da Educação defende ensino superior privado em abertura de congresso do setor em BH*. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/06/06/ministro-da-educacao-defende-ensino-superior-privado-em-abertura-de-congresso-do-setor-em-bh.ghtml>. Acesso em: 02 dez. 2022.

G1 Minas. *Ministro da Educação defende que universidade seja 'para poucos'*. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>. Acesso em: 04 dez. 2022.

GIROUX, H. A. *Teoria Crítica e resistência em Educação*. Petrópolis: Vozes. 1986.

GIROUX, H. A. *Os Professores como Intelectuais: Rumo a uma Pedagogia Crítica da Aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

MARQUES, A. A Pedagogia Tecnícista: Um Breve Panorama. *Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus de Jataí-UFG*. v.1, n. 12, p. 1-10. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/20378>. Acesso em: 22 dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5216/rir.v1i12.1313>.

MALANCHEN, J.; DUARTE, R. de C.. Políticas Públicas para Formação de Professores no Brasil: formação ou conformação ao ideário do capital?. *Momento: Diálogos em Educação*. v.27, p. 15-34. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8068>. Acesso em: 22 dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14295/momento.v27i2.8068>.

MALANCHEN, J.; SANTOS, S. A. dos. Políticas e Reformas Curriculares no Brasil: Perspectiva do Currículo a partir da Pedagogia Histórico-Críticas Versus a Base Nacional Curricular Comum e a Pedagogia das Competências. *Revista Histerdbr On-Line*. v. 20. 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8656967>. Acesso em: 22 dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v20i0.8656967>.

MALANCHEN, J. Currículo Escolar e Pedagogia Histórico-Crítica: Formação Emancipadora e Resistência ao Capital. *Colóquio Humanarum*. v. 18, p. 123-132. 2021. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/4115>. Acesso em: 23 jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5747/ch.2021.v18.h514>.

MOREIRA, A.F. (Org.). *Currículo: questões atuais*. 10 ed. Campinas: Papirus. 2004.

MOURA, R. D.; OLIVEIRA, M. D. de. *Tendência Pedagógica Tecnícista e sua Relação com o Currículo do Novo Ensino Médio Regular*. In: 4º CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020. Maceió. Anais do CONEDU: Educação como (re)Existência: Mudanças, conscientização e conhecimento. Centro Cultura de Exposições Ruth Cardoso. 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69590>. Acesso em: 04 jan. 2023.

PACHECO, E. F. H. *Aspectos Históricos das teorias do Currículo*. In: 8º CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2017. Paraná. Anais do EDUCERE: Formação de Professores; contextos, sentidos e práticas. PUC. 2017. p. 2795-2808. Disponível em: <https://docplayer.com.br/83783996-Aspectos-historicos-das-teorias-do-curriculo.html>. Acesso em: 04 jan. 2023.

REZERA, D. do N.; D' ALEXANDRE, R. G. D. Os desafios da educação: intolerância e inconstitucionalidade do manifesto à nação (FPE) do programa de governo de Jair Bolsonaro. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Vol. 5. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/44854/30399>. Acesso em: 23 jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2019.44854>.

SACRISTAN, J. G. *O Currículo: Uma Reflexão sobre a Prática*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed. 2000.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. 42. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SILVA, A. V. M. da. Neotecnismo: A Retomada do Tecnicismo em Novas Bases. *Revista Ensino Educação Ciências Humanas*. Londrina. v. 19, n.1, p. 10-16, 2018. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/ensino/article/view/3720>. Acesso em: 23 jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2018v19n1p10-16>.

SILVA, M. R. *Currículo e competências: a formação administrada*. São Paulo: Cortez, 2008

SILVA, T. T. da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

SILVESTRE, A.L; ÁVILA, G. F; SANTOS, F.O; PEREIRA, C.C.Q. Cortes orçamentários na educação: uma ameaça à expansão e consolidação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. *Revista Educação e Políticas em Debate*. v. 11, n. 2. p. 669-687. 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64816>. Acesso em: 25 jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n2a2022-64816>.